



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005391-79.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Servidores Inativos**  
 Requerente: **SILVANA CLEMENTINA PEREIRA DE FREITAS e outro**  
 Requerido: **SPPREV SAO PAULO PREVIDENCIA**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Relatório dispensado (art. 38, *in fine*, da Lei nº 9.099/95).

#### **Passo a fundamentar e decidir.**

O feito comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 330, inciso I, do CPC, vez que não há necessidade da colheita de provas em audiência e por se tratar de matéria exclusivamente de direito.

O pedido merece prosperar.

Afasta-se a alegação de prescrição, pois as autoras pleiteiam o pagamento dos ALEs do período de setembro/07 a janeiro/2011, portanto, não alcançado pela prescrição quinquenal, já que o prazo conta-se retroativamente a partir da propositura da ação mandamental (STJ: AgRg no REsp 1.161.472/SC, Rel. Min. Humberto Martins, 2ªT, DJe 29/11/2010; AgRg no Ag 1.248.177/MG, Rel. Min. Jorge Mussi, 5ªT, DJe 12/4/2010; AgRg no Ag 1.258.457/PA, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, 6ªT, DJe 17/11/2011), que foi distribuída em janeiro/2011, fls. 23.

Indo adiante, pedem as autoras a condenação da ré ao pagamento de valores atrasados do ALE.

O direito ao ALE foi reconhecido pelo *mandamus* e não pode ser discutido (fls. 23/70); na realidade, a necessidade da presente demanda decorre do disposto no art. 14, § 4º da Lei nº 12.016/09, que limita a eficácia da sentença proferida no mandado de segurança a prestações posteriores à propositura da ação constitucional.

Quanto aos cálculos que instruem a inicial (fls. 10/11), neles não se vê, *ictu oculi*, qualquer incorreção, enquanto que a ré, de outro lado, não demonstra seu desacerto e sequer apresenta cálculos próprios.

Serão acolhidos, pois, os valores postulados pelas autoras.

Ante o exposto, CONDENO a ré ao pagamento, a cada uma das autoras, de R\$ 14.498,26, com atualização monetária e juros moratórios desde 24/06/2014 (data dos cálculos).

Ante a solução dada pelo E. STF na questão de ordem apresentada na ADIN 4.357, em 25/03/2015, observa-se que (a) a correção monetária dar-se-á pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR) até

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

25/03/2015; a partir daí, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E (b) os juros moratórios corresponderão aos juros incidentes sobre a caderneta de poupança.

Declaro a natureza alimentar do crédito.

Sem condenação em honorários no Juizado.

Em razão do valor da ação, descabe reexame necessário.

P R I

São Carlos, 24 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**